

Circular nº 550/2025

Brasília, 17 de dezembro de 2025.

Às Seções Sindicais, às Secretarias Regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião do GTPE, realizada nos dias 8 e 9 de novembro de 2025, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do GTPE, realizada nos dias 8 e 9 de novembro de 2025, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Fernanda Maria da Costa Vieira
Secretária-Geral

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GTPE

Data: 8 e 9 de novembro de 2025.

Local: Auditório Marielle Franco, Sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Pauta: (Circular nº 437/2025)

08/11/2025 – Sábado, manhã

- Oficina: Desafios para a identificação dos dados orçamentários das IES nos diferentes instrumentos de execução orçamentária - GTPE e GT Verbas e Fundações.

08/11/2025 – Sábado, tarde

- Informes da Diretoria e coordenação do GTPE; Informes das Seções Sindicais referentes ao GTPE;
- Composição de equipes para atualização das Cartilhas: sobre EaD e sobre Novo Ensino Médio;
- Seminário Integrado sobre inclusão das Pessoas com deficiência e direito à escola regular (GTPE, GTPCEGDS, GTCarreira, GTSSA);
- Seminário sobre Violência nas Escolas e nas IES.

09/11/2025 – Domingo, manhã

- Painele sobre Sistema Nacional de Educação - SNE e Plano Nacional de Educação – PNE, com o Prof. Dermeval Saviani;
- Encaminhamentos.

Dia 08/11/2025 – Sábado, manhã

Coordenação: Aroldo Félix de Azevedo Júnior (1º VPR Nordeste III), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (2ª VPR Nordeste II), Francisco Jacob Paiva da Silva (3º Secretário), Hermann Vinicius de Oliveira Muller (2º Secretário), Jacqueline Magalhães Alves (1ªVPR Leste), João Claudino Tavares (2º VPR Rio de Janeiro) e Luciana Henrique da Silva (1ªVPR Pantanal).

Representantes das Seções Sindicais: Renata Maldonado da Silva (ADUENF-SESDUENF), Iguatemi Santos Rangel (ADUFES), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Rita de Cássia Cavalcanti Porto (ADUFPB), Arilu Cavalcante Pequeno (ADUFPB), Mara Rejane Vieira Osório (ADUFPEL), Valdelaine da Rosa Mendes (ADUFPEL), Elson Moura Dias Júnior (ADUFS-BA), Márcia de Oliveira Menezes (ADUSB), Liliane Ferrari Giordani (ANDES UFRGS), Renato Santos Gonçalves (APESJF), Magda de Abreu Vicente (APROFURG), Rodrigo da Rosa Pereira (APROFURG), Sandra Mara Alessi (APUFPR), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Sandra Cristina de Oliveira Vierno (SINDFECET-MG), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE) e Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE).

Mesa I

Oficina: Desafios para a identificação dos dados orçamentários das IES nos diferentes instrumentos de execução orçamentária - GTPE e GT Verbas e Fundações.

Coordenação do GTPE presente: Aroldo Félix de Azevedo Júnior (1º Vice-Presidente da Regional Nordeste III), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (2ª Vice-Presidenta da Regional Nordeste II), Francisco Jacob Paiva da Silva (3º Secretário), Herrmann Vinicius de Oliveira Muller (2º Secretário), Jacqueline Magalhães Alves (1ª Vice-Presidenta da Regional Leste), João Claudino Tavares (2º Vice-Presidente da Regional Rio de Janeiro) e Luciana Henrique da Silva (1ª Vice-Presidenta da Regional Pantanal).

Coordenação do GT Verbas e Fundações presente: Eralci Moreira Terézio (2º Vice-Presidente Regional Pantanal), Fernanda de Freitas Mendonça (1ª Vice-Presidenta Regional Sul), João Claudino Tavares (2º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro), Marcelo Mário Vallina (1º Vice-Presidente Regional Norte I) e Muna Muhammad Odeh (2ª Vice-Presidenta Regional Planalto).

Mesa Coordenadora

Coordenação: João Claudino Tavares (2º Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro)

Secretaria: Jacqueline Magalhães Alves (1ª Vice-Presidenta da Regional Leste)

Relatoria: Eralci Moreira Terézio (2º Vice-Presidente Regional Pantanal)

Convidado:

Emerson Duarte Monte (UEPA)

Representantes das Seções Sindicais: Arilu Cavalcante Pequeno e Rita de Cássia C. Porto (ADUFPB); Clarissa Rodrigues (ADUFOP); Elson Moura Dias Junior e Fábio Dantas de Souza Silva (ADUFS-BA); Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE); Iguatemi Santos Rangel (ADUFES); Liliane Ferrari Giordani (ANDES UFRGS); Magda de Abreu Vicente e Rodrigo da Rosa Pereira (APROFURG); Mara Rejane Vieira Osório e Valdelaine da Rosa Mendes (ADUFPEL); Márcia de Oliveira Menezes (ADUSB); Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE); Renata Maldonado da Silva (ADUENF-SESDUENF); Renato Santos Gonçalves (APESJF); Sandra Cristina de Oliveira Vierno (SINDCEFET-MG); Sandra Mara Alessi (APUFPR); Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM).

No dia oito de novembro, às 9h30, deu-se início à reunião integrada do Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações e do Grupo de Trabalho de Política Educacional, conforme convocação feita pelas Circulares 393, 437 e 439/2025, tendo como assunto da pauta: 1) GTPE e GT Verbas e Fundações - Oficina: Desafios para a identificação dos dados orçamentários das IES nos diferentes instrumentos de execução orçamentária. O professor João Claudino, presidente da sessão, passou a palavra para demais coordenadores se apresentarem. Em seguida, a(o)s demais companheiras e companheiros se apresentaram. Por conseguinte, explanou sobre a pauta e sobre a dinâmica da reunião.

O presidente da mesa passou a palavra para o Professor Emerson Duarte (UEPA), convidado como oficineiro e palestrante na reunião. O professor apresentou rapidamente sobre o levantamento dos acúmulos da última diretoria sobre os desafios orçamentários e explanou sobre a coleta de dados das IEES, Municipais e Distrital, e trouxe também as

peculiaridades do orçamento do setor das Federais. Os dados do Setor das Federais são acessados no site do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), os quais são recuperados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF).

Os caminhos para definir o tipo de dado é estabelecido da seguinte forma:

- a) Painel do Orçamento (Consulta livre, emendas parlamentares, outras);
- b) Órgãos orçamentários (MEC, MCTI, outros);
- c) Unidades Orçamentárias (MEC e suas autarquias; MCTI e suas autarquias).

Em seguida, o Professor Emerson apresentou os procedimentos contábeis orçamentários, os quais respondem a alguns princípios, como: 1. Unidade; 2. Universalidade; 3. Anualidade; 4. Exclusividade; 5. Legalidade; 6. Publicidade; 7. Transparência; 8. Não-vinculação das receitas com impostos.

Isso leva-nos a um elemento fundamental que são as despesas orçamentárias, que constituem o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Outro elemento importante é a classificação da despesa orçamentária (MS/STN, 2024, p. 72-100), que é estabelecida da seguinte forma: 1) Classificação Institucional (Estrutura); 2) Classificação Funcional (Área); 3) Classificação por Estrutura Programática (Objetivos Estratégicos vinculados ao PPA); 4) Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza.

Após a classificação, estabelece-se o GND (Grupo de Natureza da Despesa), que são: i) pessoal e encargos sociais; ii) outras despesas correntes; iii) Investimentos.

As etapas do Planejamento orçamentário são: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para tanto, as etapas das despesas orçamentárias são as seguintes: 1. Empenho; 2. Liquidação; 3. Pagamento.

Por fim, o professor Emerson exemplificou a correção monetária do valor da bolsa de mestrado no recorte de 1995 a 2024. Da mesma forma, demonstrou o mesmo comportamento de correção monetária dos dados referentes à bolsa de doutorado no mesmo período.

Assim, passou a demonstrar como se coletavam os dados antes do SIOP, com arquivos de dados acess. Entretanto, ressaltou que, para o setor da Estaduais, Municipais e Distrital, não existe uma base de dados única, e deve-se buscar e coletar os dados para cada caso.

Nesse caso, apresentou alguns dados estruturados em Excel e Visual Basic, desenvolvidos em conjunto com bolsistas responsáveis pela coleta dessas informações caso a caso.

Após a apresentação pelo professor Emerson, o presidente abriu as inscrições às pessoas presentes, mantendo a igualdade de gênero nas falas. A dinâmica do debate foi intermediada pela secretária da mesa, professora Jacqueline Alves. Do debate, destaca-se

a necessidade da demanda por levantamento de dados sobre financiamento da Ebserh, Bolsas, Fundações, entre outros (material da apresentação - ANEXO III).

Pela manhã foi feito o convite e foi aprovada a participação do professor Lucas Rech (UFBA), convidado para o primeiro dia do encontro do GT Verbas e Fundações, para participar, apresentando suas contribuições ao GTPE no início da tarde.

Por fim, o presidente encerrou a sessão às doze horas e trinta minutos.

Dia 08/11/2025 – Sábado, tarde

Coordenação: Aroldo Félix de Azevedo Júnior (1º VPR Nordeste III), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (2ª VPR Nordeste II), Francisco Jacob Paiva da Silva (3º Secretário), Hermann Vinicius de Oliveira Muller (2º Secretário), Jacqueline Magalhães Alves (1ªVPR Leste) e Luciana Henrique da Silva (1ªVPR Pantanal).

Representantes das Seções Sindicais:

Renata Maldonado da Silva (ADUENF-SESDUENF), Iguatemi Santos Rangel (ADUFES), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Rita de Cássia Cavalcanti Porto (ADUFPB), Arilu Cavalcante Pequeno (ADUFPB), Mara Rejane Vieira Osório (ADUFPEL), Valdelaine da Rosa Mendes (ADUFPEL), Elson Moura Dias Júnior (ADUFS-BA), Márcia de Oliveira Menezes (ADUSB), Liliane Ferrari Giordani (ANDES UFRGS), Renato Santos Gonçalves (APESJF), Magda de Abreu Vicente (APROFURG), Rodrigo da Rosa Pereira (APROFURG), Sandra Mara Alessi (APUFPR), Sandra Cristina de Oliveira Vierno (SINDFECET-MG), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Solano da Silva Guerreiro (ADUA), Elizabeth Barbosa (ADUFF) e Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE).

Mesa II

- Informes da Diretoria e coordenação do GTPE; Informes das Seções Sindicais referentes ao GTPE;
- Composição de equipes para atualização das Cartilhas: sobre EaD e sobre Novo Ensino Médio;
- Seminário Integrado sobre inclusão das Pessoas com deficiência e direito à escola regular (GTPE, GTPCEGDS, GTCarreira, GTSSA);
- Seminário sobre Violência nas Escolas e nas IES.

Coordenação do GTPE presente: Aroldo Félix de Azevedo Júnior (1º Vice-Presidente da Regional Nordeste III), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (2ª Vice-Presidenta da Regional Nordeste II), Francisco Jacob Paiva da Silva (3º Secretário), Hermann Vinicius de Oliveira Muller (2º Secretário), Jacqueline Magalhães Alves (1ª Vice-Presidenta da Regional Leste) e Luciana Henrique da Silva (1ª Vice-Presidenta da Regional Pantanal). (João Claudino estava no GT Verbas e Fundações)

Mesa Coordenadora:

Coordenação: Luciana Henrique da Silva

Secretaria: Jacqueline Magalhães Alves

Relatoria: Aroldo Félix de Azevedo Júnior

Convidado: Lucas Trentin Rech (UFBA)

Representantes das Seções Sindicais: Arilu Cavalcante Pequeno e Rita de Cássia C. Porto (ADUFPB); Clarissa Rodrigues (ADUFOP); Elizabeth Barbosa (ADUFF); Elson Moura Dias Junior (ADUFS-BA); Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE); Iguatemi Santos Rangel (ADUFES); Liliane Ferrari Giordani (ANDES UFRGS); Magda de Abreu Vicente e Rodrigo da Rosa Pereira (APROFURG); Mara Rejane Vieira Osório e Valdelaine da Rosa Mendes (ADUFPEL); Márcia de Oliveira Menezes (ADUSB); Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE); Renata Maldonado da Silva ((ADUENF-SESDUENF); Renato Santos Gonçalves (APESJF); Sandra Mara Alessi (APUFPR); Solano da Silva Guerreiro (ADUA).

Luciana abriu a reunião, dando as boas vindas e passando a apresentação pelas pessoas que compuseram a mesa da tarde. Em seguida agradeceu o aceite do professor Lucas em estar na reunião do GTPE e passou a palavra a ele. A discussão conduzida pelo professor Lucas Rech sobre a governança orçamentária e o financiamento do Ensino Superior Federal (ESF) centrou-se no desmonte orçamentário ativo que tem imposto severas limitações às Instituições Federais de Ensino (IFEs) ao longo dos últimos oito anos. A análise demonstrou que a crise orçamentária, iniciada nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), deve ser compreendida no contexto da totalidade da peça orçamentária, incluindo a análise dos Planos Plurianuais (PPAs).

O cenário atual é regido por um regime de governança orçamentária influenciado pela Emenda Constitucional 95 de 2016 (EC 95), o Teto de Gastos, que limitou o crescimento do gasto primário federal. Embora o Novo Arcabouço Fiscal (Lei Complementar 200/2023) tenha representado um rompimento, manteve-se a regra que impede o crescimento ilimitado do gasto primário, forçando setores a competirem por espaço no orçamento. Historicamente, essa governança foi analisada em termos de cinco macroinstrumentos institucionais, passando por alterações na CF/88, a LRF-2000, e períodos de grande instabilidade de governança. A reforma gerencial do Estado, no governo FHC, também foi citada como parte dessa evolução.

A intensidade do desmonte orçamentário é evidente na participação da Educação Superior no orçamento ajustado: no PPA 2016-2019, o percentual era de 3,76%, mas no PPA 2024-2027, caiu para apenas 2,30%. Essa redução de 1,46 pontos percentuais reflete a compressão do orçamento de investimentos, que passou de 836 milhões de reais na LOA/2026. A situação é agravada pela estrutura do Resultado Primário (RP) nas universidades. As despesas obrigatórias (RP1), que cobrem a folha de pagamento, passaram a consumir uma fatia crescente, aumentando de 65,66% em 2015 para uma projeção de 80,89% em 2026 no orçamento discricionário. O orçamento discricionário (RP2) para custeio fundamental (como terceirização e contas básicas) foi fortemente contraído, com o valor projetado para 2026 sendo inferior a 50% do valor de 2015.

A sustentabilidade das IFEs é comprometida porque o restante do orçamento é suprido por verbas do PAC (RP3) ou Emendas Parlamentares (RP 6, 7, 8 e 9). Essa dependência crescente fere a autonomia universitária e a sustentabilidade das instituições a médio prazo. O orçamento de investimento via RP2 para 2026 é o menor da série histórica, totalizando R\$ 531 milhões, valor que é igual ao recebido via emendas parlamentares em 2025. A soma de RP2, PAC e emendas representa apenas 37,5% do orçamento de investimento das Universidades Federais entre 2023 e 2026. Diante deste quadro, é crucial uma política de luta pelo reajuste inflacionário das despesas discricionárias (RP2) de custeio para garantir a mínima sustentabilidade das instituições. Contudo, o governo atual, apesar dos esforços, não conseguiu recompor o orçamento discricionário das Universidades Federais.

Lucas Rech tratou de diversos aspectos da chamada governança orçamentária e financiamento do Ensino Superior Federal: orçamento das IFE; bolsas de mestrado e doutorado; emendas parlamentares; Regime de Governança Orçamentário (5 regimes, 4 depois da Constituição de 1988, 3 depois da LRF); 1999 - regime de metas de inflação, altas taxas de juros, mudança cambial, pagamento de juros reais, alteração da CF 1988 – LRF-2000 (teto); Reforma Gerencial do Estado, com Bresser Pereira no governo FHC. Período de grande instabilidade de governança – pós Lula. Ano 2000: terceirização das atividades meio, despesas discricionárias – não obrigatórias. Indexar, vincular e obrigar – com Paulo Guedes estabeleceu-se o contrário. Resultado primário - calamidade Rio Grande do Sul - pandemia – IF poderiam ser assim consideradas. Arcabouço fiscal – 2,5% - cortar em despesas discricionárias. PPA – prioridades dos governos. Evolução do orçamento do Ensino Superior nos PPAs. Evolução do orçamento das Universidades Federais. Verbas Resultado Primário / RP1/RP2/RP3-PAC (ferem autonomia das universidades). Emendas (RP 6,7,8 e 9 – ferem autonomia das instituições). UNIRIO – 77 milhões de reais em 2025 – Republicanos e União Brasil – 50% (PROJETOS) - do orçamento da UNIRIO (material da apresentação - ANEXO IV).

Após o debate, a coordenação da mesa agradeceu a exposição do professor Lucas e passou ao próximo ponto.

Informes da Diretoria e coordenação do GTPE: Reforma Administrativa e Marcha em Brasília em 29/10/2025; Fonasefe - avaliação da marcha em Brasília e nos Estados; Marcha Nacional das Mulheres Negras em 25/11; Aprovação do SNE e debate do PNE - participação do ANDES-SN nas audiências, solicitação de pareceres à AJN, análise das políticas curriculares; duas reuniões da Conedep com a participação do ANDES-SN; Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação - relato de como está sendo a construção junto às organizações no México.

Informes das Seções Sindicais – ANEXOS I e II

- Composição de equipes para atualização das Cartilhas: sobre EaD e sobre Novo Ensino Médio

Foi feita pela coordenação do GTPE (Emanuela) uma breve exposição sobre ensino remoto – novo Decreto/Marco Regulatório da EaD (debate realizado na reunião anterior

do GTPE – relatório enviado – Circular 387/2025) e foi realizado o debate acerca do tema e sua relevância: artimanhas conceituais; composição de carga horária presencial 50% - contabiliza-se tudo: orientação e outras atividades para compor 50% da carga horária presencial. Quem tem assumido esse trabalho nas instituições são docentes externos. Considerou-se que o aumento da oferta de cursos na modalidade EaD relaciona-se também à falta de verbas para garantir o ensino presencial. Não existe transparência nas instituições. Importância do trabalho conjunto com GT Verbas. Apontou-se o quanto a pandemia impulsionou o ensino remoto; financiamento do novo marco regulatório: impactos nos cursos presenciais, origem dos recursos de manutenção, forma de remuneração docentes e demais profissionais; relacionar regime de governança orçamentária com essa política de expansão da EaD; reafirmou-se a defesa de não oferecimento de curso de formação inicial por meio de EaD, destacou-se a gravidade da terceirização, e também das bolsas (precisa constar na cartilha), ainda mais precarizadas, sem vínculo empregatício, sem nenhuma garantia, atraindo docentes devido a tempos vividos com salários vilipendiados, situações que impactam, sobremaneira, na organização sindical e nas lutas/greves. Discutimos também o aumento no número de matrículas no Ensino Superior por meio de EaD (artigo publicado do professor Roberto Leher e da professora Amanda Moreira da Silva no Dossiê Jornada 6X1 – sugestão para compor

a

Cartilha:

<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Beregeno/III%20Congresso%20Mundial%202/Artigo%201.pdf>

Sobre EaD e Plataformização: o ensino EaD e a plataformização precarizando o trabalho docente. Já temos materiais produzidos, por exemplo, no VIII Seminário Estado e Educação, de abril de 2025. O orçamento “empurra” para EaD: diminuição de 40% para 30%. Polos UAB de EaD para cursos semi-presenciais/ avaliação dos cursos presencial e EaD de uma mesma IES (dados). Articular análise sobre orçamento/flexibilização/intensificação do trabalho, reafirmando posição do ANDES-SN sobre EaD. Sugestão: trabalho de Olinda Evangelista. A EaD está mais presente nos grandes pólos em relação às localidades mais distantes. UAB já vai completar 20 anos, temos mais de 70% cursos de formação docente feito por IE privadas e EaD. Sobre avaliação dos cursos: somos contra modelo e seus resultados. A EaD é um problema, principalmente devido ao formato. Precisa ser melhor avaliada. Não concordamos com modelo de avaliação mercadológica. As notas de avaliação do mesmo curso na modalidade presencial e na modalidade EaD são superiores no presencial. O problema não é a técnica/tecnologia (embora também tenhamos problemas nesses aspectos): é importante fazer a crítica da coisificação/fetichização da tecnologia, apropriada pelo capital por meio de financeirização e privatização com consequências perversas de precarização do ensino e do trabalho, e evasão dos cursos presenciais. Propostas GTPE: levantamento da EaD (encaminhada pela Circular 482/2025 às seções sindicais), realizar Painel ou Seminário sobre EaD nas IF – plataformização, bigtechs, experiências na pandemia. A EaD não se separa da privatização, precarização e evasão.

Sobre o NEM: Lei 14.945/31 julho 2024; Resolução CNE/CEB Nº 02, de 13 novembro 2024 - NEM e Parâmetros Nacionais para a Oferta de Itinerários Formativos de Aprofundamento – PNIFA (Resolução CNE/CEB Nº 04, de 12 de maio de 2025 - Foi feita uma breve exposição pela coordenação do GTPE (Jacob e Jacqueline) sobre o PL

5.230/2023 que esteve em consulta pública, proposta pelo MEC, para “ajustes” da Reforma do NEM (o relator foi Mendonça Filho, com apoio da bancada do PT). Publicou-se também a Resolução sobre itinerários formativos e dados de acesso de egressos do NEM ao Superior, apontando índices de repetência e de evasão no Ensino Médio. Críticas ao projeto do governo “Pé de Meia” e à destruição do ensino noturno – oferta e condições para o ensino e para o trabalho - salas de aulas fechadas/violência /evasão/desistência – ataque aos direitos da juventude, da classe trabalhadora.

Síntese do debate: aumento na carga horária de formação geral, itinerários formativos (um ou dois itinerários): avaliação em pesquisas publicadas por docentes da USP, evidenciando impactos no trabalho docente e complementação da carga horária pelo improviso/amadorismo/junção de disciplinas/áreas. PNIFA– Resolução de 12/05/2025: aprofundarmos estudos e análise crítica. Recuperar relatório contendo discussões e materiais do VII Seminário Estado e Educação (março/2023); mesa de debate e panfleto. Militarização nas Escolas. Buscar Informantes sobre Educação Básica – reforma do NEM. Retomar aspectos da exposição por Raquel Dias – sobre Ensino Médio, ver observatório sobre o tema. Denunciamos a fala do ministro Camilo em que diz que a proposta de Reforma do NEM precisava apenas de pequenos ajustes. A reforma atinge principalmente os filhos da classe trabalhadora que estão nas escolas públicas (~ 83%). O discurso da liberdade de escolha do itinerário formativo é uma falácia, agora apresentado como itinerários formativos para aprofundamento. Estudos mostram o impacto no trabalho docente, precisando completar de qualquer forma sua carga horária. Esse currículo impede o acesso da classe trabalhadora aos conteúdos.

Cartilha Estado e Capital

Sugere-se abordar as reformas neoliberais pós golpe. A Comissão fará levantamento de materiais para essa atualização.

- Seminário Integrado sobre inclusão das Pessoas com deficiência e direito à escola regular (GTPE, GTPCEGDS, GTCarreira, GTSSA)

Houve manifestações de que esse tema já fora abordado em atividades anteriores, a partir das deliberações que já aprovamos em relação ao tema nestes GTs. Sugestão de que ao invés de seminários, sejam realizados painéis como parte de alguns de nossos encontros, no Seminário Estado e Educação, por exemplo, devido ao grande número de eventos do ANDES-SN. Ofensiva para privatização por trás das diretrizes curriculares. Apontou-se que muitas discussões já foram feitas, até mesmo no ano de 2025, mas destacou-se também a importância de aprofundamentos e enfrentamentos nas lutas diante de novas demandas e legislações aprovadas.

- Seminário sobre Violência nas Escolas e nas IES

ver colaboração com observatório, que atualmente tem a representação do ANDES-SN feita por Daniele Cunha e Emanuela Chaves.

Dia 09/11/2025 – Domingo, manhã

Coordenação: Renata Maldonado da Silva (ADUENF-SESDUENF), Iguatemi Santos Rangel (ADUFES), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Rita de Cássia Cavalcanti Porto (ADUFPB), Arilu Cavalcante Pequeno (ADUFPB), Mara Rejane Vieira Osório (ADUFPEL), Valdelaine da Rosa Mendes (ADUFPEL), Elson Moura Dias Júnior (ADUFS-BA), Márcia de Oliveira Menezes (ADUSB), Liliâne Ferrari Giordani (ANDES UFRGS), Magda de Abreu Vicente (APROFURG), Rodrigo da Rosa Pereira (APROFURG), Sandra Mara Alessi (APUFPR), Thiago Fanelli Ferraiol (SEDUEM), Sandra Cristina de Oliveira Vierno (SINDFECET-MG), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Gilberto Calil (ADUNIOESTE), Elizabeth Barbosa (ADUFF) e Solano da Silva Guerreiro (ADUA).

Mesa III

-Painel sobre Sistema Nacional de Educação - SNE e Plano Nacional de Educação – PNE, com o Prof. Dermeval Saviani;
– Encaminhamentos.

Coordenação do GTPE presente: Aroldo Félix de Azevedo Júnior (1º Vice-Presidente da Regional Nordeste III), Emanuela Rútila Monteiro Chaves (2ª Vice-Presidenta da Regional Nordeste II), Francisco Jacob Paiva da Silva (3º Secretário), Herrmann Vinicius de Oliveira Muller (2º Secretário), Jacqueline Magalhães Alves (1ª Vice-Presidenta da Regional Leste), João Claudino Tavares (2º Vice-Presidente da Regional Rio de Janeiro) e Luciana Henrique da Silva (1ª Vice-Presidenta da Regional Pantanal).

Mesa Coordenadora:

Coordenação: Herrmann Vinicius de Oliveira Muller
Secretaria: Luciana Henrique da Silva
Relatoria: João Claudino Tavares

Convidado: Professor Dermeval Saviani

Representantes das Seções Sindicais: Arilu Cavalcante Pequeno e Rita de Cássia C. Porto (ADUFPB); Clarissa Rodrigues (ADUFOP); Elizabeth Barbosa (ADUFF); Elson Moura Dias Junior (ADUFS-BA); Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE); Iguatemi Santos Rangel (ADUFES); Liliâne Ferrari Giordani (ANDES UFRGS); Magda de Abreu Vicente e Rodrigo da Rosa Pereira (APROFURG); Mara Rejane Vieira Osório e Valdelaine da Rosa Mendes (ADUFPEL); Márcia de Oliveira Menezes (ADUSB); Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE); Renata Maldonado da Silva ((ADUENF-SESDUENF); Renato Santos Gonçalves (APESJF); Sandra Mara Alessi (APUFPR); Solano da Silva Guerreiro (ADUA).

Herrmann fez uma fala inicial justificando os motivos da participação online do professor Dermeval Saviani, e agradeceu ao Professor Saviani por sua disponibilidade para participar do debate do GTPE do ANDES-SN. Após ajustes nas condições operacionais, foi feita a exposição pelo professor Saviani, realizada na sala de reuniões no 3º andar, seguida de debate.

O professor Saviani falou de seu Livro sobre Sistema Nacional de Educação - SNE - e Plano Nacional de Educação - PNE (2017) e apresentou dificuldades históricas de implantação de um SNE. Fez uma retomada da história de transição entre feudalismo e capitalismo – a passagem de uma economia de subsistência/excedente/comércio/ para a produção destinada à troca/sociedade burguesa/de mercado, na qual a troca produz consumo. Inversão da prioridade anterior do campo sobre a cidade para a supremacia do comércio/indústria (cidade - campo); passagem dos laços naturais para a centralidade dos laços sociais (produzidos pelas relações de consumo). Essa nova forma de organização societal colocou a exigência do domínio da cultura escrita e de formas específicas, especializadas de educação escolar e a defesa da bandeira de reformas liberais burguesas, dentre estas a defesa da escola pública, gratuita, laica, universal e obrigatória como dever do estado. Ao longo da organização dos estados nacionais, os países centrais instituíram os seus sistemas nacionais de educação como forma de universalizar a escola elementar e resolver o problema do analfabetismo. Como exemplo, Saviani citou o caso da Itália, no ano de 1859, em que professores vivenciavam um processo de precarização brutal, precária infra-estrutura, com um forte controle do poder local sobre as professoras primárias. Falou do caso da Profª. Italia que foi acusada de realizar um aborto e cometeu suicídio.

No Brasil os católicos exerceram um monopólio educacional até o início da república, embora o estado fosse declarado laico. Os anos 1930-1950 foram marcados pela disputa entre liberais e católicos. Havia um debate sobre a incompatibilidade do Sistema Nacional de Educação com as diversidades regionais. A ideia de nação pressupunha uma educação nacional e uma língua nacional.

Assim, o sistema é concebido como uma unidade na diversidade, aliado à construção da República Federativa do Brasil, ou seja, de uma Federação, que pressupõe a diferença, tendo os seus entes federados articulados por meio do SNE. O Brasil tem retardado a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, já que ainda não instituiu o seu SNE.

Segundo Saviani, por meio do Sistema Nacional de Educação deve-se construir um verdadeiro sistema, articulando processos e procedimentos comuns à toda a população. Afirmou que a lei do SNE recentemente aprovada seria um mero guarda-chuva que não preserva o eixo central do que seria um Sistema que deve ser público, além de não contemplar as demandas do estabelecimento de um SNE. Disse que, em geral, os Planos têm ficado no papel. A Lei do SNE aprovada contraria a tradição de só permitir sistemas sem fins lucrativos, pois favorece interesses de grandes complexos empresariais que afetam o sistema de educação pública.

Saviani destacou que a LDB traz dois erros: erro de redação (somente poderia atuar na educação quem tivesse formação em nível superior) e erro técnico-legislativo (estabelece a formação de nível superior, que não poderia estar no corpo da lei. A lei fixa a regra).

Ao falar dos modelos pedagógicos didáticos e modelo dos conteúdos cognitivos, Saviani disse que “assistir um vídeo não é ter uma aula”, “o que é projetado não é aula”, o verdadeiro professor não é o tutor. O(A) tutor(a) não precisa ser professor(a). Os cursos

à distância barateiam custos. O que de fato tem ocorrido são professores mal formados em sistemas privados.

Perguntado sobre o papel exercido atualmente pelas Igrejas Protestantes, afirmou que estas acolhem as populações marginalizadas. A extrema direita utiliza-se das redes digitais (redes antissociais) para cooptar as massas. Destacou a pressão social advinda da crise radical do atual sistema social baseado na produção destrutiva. Produção destrutiva das mobilizações, por meio das guerras localizadas e por meio da chamada obsolescência planejada. Chamou atenção para a questão da democracia suicida, em que o povo é iludido com falsas promessas votando em seus próprios algozes. Citou um dos livros de Frei Betto, com análise da política nos EUA no período pré ditadura, as lutas de oposição ao capitalismo no Brasil, com forte atuação da igreja católica. Citou a comissão americana que promoveu o envio de pastores para criar seitas protestantes e igrejas, em uma perspectiva de protestantismo fundamentalista, com ação política e de combate à teologia da libertação. Incentiva-se, nesse combate, o catolicismo carismático inclusive levando a atuar nas comunidades, antes CEBs - Comunidades Eclesiais de Base.

Várias sugestões foram apresentadas por Saviani: que o sistema seja de responsabilidade compartilhada, quebrando a lógica atual da responsabilização verticalizada entre municípios (Educação Infantil e Ensino Fundamental), estados (Ensino Médio) e união (CEFETs, IFs, IFEs); fixação de metas que alcancem os 10% do PIB em educação pública de gestão pública; formação adequada de professora(s); fixação de professora(s) para que trabalhem em uma única escola. Este aspecto é contemplado na lei do SNE aprovada, mas aparece de maneira incipiente; fixação de metas de equiparação salarial com docentes de nível superior; utilização de recursos do Pré-Sal para financiamento da educação; retomar os Fóruns em Defesa da Educação Pública em todos os níveis, incluindo movimentos populares e sindicatos das categorias.

Saviani destacou como obstáculos à instauração de um SNE: a) obstáculos econômicos - elites dirigentes; b) obstáculos políticos - descontinuidades, filantropia, improvisação, protelação, fragmentação; c) obstáculos pela precarização - rede física, equipamentos, salários/carreiras; d) obstáculos filosóficos/ideológicos - educação plano local; e) obstáculos do campo legislativo - LDB.

Um verdadeiro SNE seria um conjunto unificado que articularia todos os aspectos, apresentaria procedimentos comuns, padrão de qualidade e não um mero guarda-chuvas dos 27 estados e 5.571 municípios o que seria igual a uma mera formalidade, mantendo a organização da educação nacional nos moldes atuais.

Sobre o PL do SNE que foi aprovado, enfatizou que o Sistema deve ser público e que o PL aprovado não enfrenta a privatização. A legislação abriu um precedente para que empresas com e sem fins lucrativos atuem na educação, espaço anteriormente dado somente a organizações sem fins lucrativos, o que contribui diretamente para a destruição da educação pública e para a formação de docentes em formato EaD, por meio de consórcios de formação docente. Em um SNE, o Conselho Nacional de Educação (CNE) seria um órgão de Estado, e não de governo, com autonomia financeira e administrativa, sem estar subserviente ao MEC. Haveria um efetivo regime de colaboração com repartição das responsabilidades entre os entes federativos, a fim de promover a qualidade da educação e quebrar o isolamento entre os níveis e a responsabilização verticalizada no

sentido de horizontalizar a divisão de responsabilidades. O financiamento se daria pelas três instâncias, por meio de Fundos da Educação. Nesse sentido, Saviani propõe a criação de um FUNDES, fundo destinado ao ensino superior, tendo a União como principal responsável. A União, os Estados e Municípios partilhariam a responsabilidade pela construção de prédios, equipamentos, pessoal de apoio, contando com a complementaridade da União e do Estado para a construção das edificações escolares. Essas exigências não foram contempladas na atual lei do SNE. Não temos um SUS da educação. Em nada modifica a situação atual. Há uma lei aprovada, sem avanço real.

Debate sobre o SNE e o novo PNE

O Sistema Nacional de Educação pressupõe o efetivo Regime de colaboração entre os entes, tal como aponta a CF de 1988. Não houve uma autorização para o SNE. Em relação aos municípios, mantém-se a responsabilidade de manter escolas, mas não houve a atribuição da competência de legislar sobre educação. Desse modo, não há SNE. Há uma imprecisão do enunciado – Sistema Nacional e Sistemas Estaduais – o sistema municipal que não tem competência de legislar, apenas participando do Sistema de educação dos estados e do sistema nacional ou federal de educação. O primeiro PNE depois da aprovação da LDB/96, ficou no papel, já que suas metas não foram perseguidas. O PNE atual se perdeu antes mesmo do impedimento da Dilma. Saviani ressaltou que há dois pontos centrais além das metas para cada nível e modalidade: Magistério – PPP e EaD; Financiamento que possibilite condições de exercício do magistério, de modo a fixar docentes em tempo integral em uma única escola, com regime de DE como preferencial. Na educação básica, a divisão de tempo entre aulas, planejamento e gestão, com metas de elevação de salários significativas. No atual PL do PNE, a meta de financiamento é insuficiente. No governo Dilma, o PNE não teve recursos do pré-sal garantidos. Há uma grande interferência no currículo, na gestão e na elaboração de material didático pela Fundação Lemann.

Ao contextualizar a história da docência, Saviani criticou o dia de professora(e)s que para ele seria mero formalismo. O Ato adicional de 1834 colocou as províncias como responsáveis pela educação primária. Em São Paulo, em 1892 houve a criação de grupos escolares. Professores de São Paulo foram convidados para outros estados para criar grupos escolares. No governo FHC houve a transferência da responsabilidade do ensino fundamental para municípios (!municipalização do ensino). A transferência do ensino fundamental para os municípios trouxe precarização. Estabelecida a década da educação 1996-2006, a transição ainda permitia contratar com ensino médio e técnica legislativa prevendo formação obrigatória com ensino superior, embora se admitisse formação em nível médio. Há uma tradição das Universidades em formar professora(e)s para atuar na educação infantil e no ensino fundamental - anos iniciais).

Modelos dos conteúdos culturais cognitivos na Universidade se refere ao domínio do que vai ensinar (domínio por área de conhecimento). A parte pedagógica (o como ensinar) seria secundário. No modelo didático-pedagógico das escolas normais predominou o como ensinar destinada à formação de professores primários. A Criação do CEFAM (Centro de Formação Docente) destinado à formação para atuação na educação infantil e

na 1ª etapa do ensino fundamental. Na educação a produção não se separa do produto (Livros – filmes – vídeos).

Saviani criticou o modelo de EaD vigente sem professores qualificados que orientem/tirem dúvidas/que façam vídeos, ficando personalizado na figura do Tutor que na realidade serve para baratear os custos da educação.

Defende a criação de uma Rede pública de formação de professores ancorada nas Universidades Públicas. oneiros – escola nova – católicos. Sobre as TIC na educação e na socialização das pessoas, Saviani denominou as Redes digitais de não sociais, uma vez que se contrapõem aos interesses da maioria da população, disseminando visões reacionárias, possibilitando o avanço da extrema direita.

O contexto de crise do capital e a sua faceta mais destrutiva evidenciada na crise ecológica, levanta o questionamento: para onde expandir o sistema do capital? em outros planetas? É necessário compatibilizar a socialização de modos de produção e a socialização dos produtos do trabalho coletivo. Segundo Saviani, há lampejos de saídas: MST, Agricultura agroecológica como formato de comércio próprio (armazém do campo/banco-cooperativo).

Finalizado o debate com o Professor Saviani, retornamos ao Auditório Marielle Franco e realizamos um espaço de avaliação da atividade:

Inicialmente, o grupo avaliou a situação da apresentação, por meio remoto, pelo Professor Saviani, destacando as dificuldades e os cuidados necessários para não repetirmos os problemas ocorridos com áudio e vídeo, e também na comunicação com as seções sindicais. Reforçamos a importância da presencialidade em nossas atividades, e que planejemos seminários com as participações importantes a contribuir com nossas lutas e formação política. Passamos ao debate e construção dos encaminhamentos deste encontro do pleno do GTPE.

A Lei do SNE não contempla o que demanda um Sistema Nacional de Educação. Os planos têm ficado no papel. O Plano aprovado assume o formato de um grande guarda-chuva. É um sistema de provisão sem previsão. O Magistério numa única escola aparece no plano, mas de maneira incipiente.

Indicações:

Importância de uma formação adequada de professores na perspectiva de um modelo formativo no campo da formação humana. Fixar professores de escolas de tempo integral e em uma única escola. Fixar metas de equiparação salarial com docentes de nível superior; retomar os Fóruns em defesa da educação pública em todos os níveis incluindo movimentos populares e sindicatos das categorias; financiamento público para educação pública; recuperar as deliberações já existentes e organizar a luta na categoria. Pensar na produção de um material específico sobre a formação de professores. Discutir o sistema nacional público de educação e sua dimensão mais ampla possível. Preparar texto de resolução (TR) sobre a questão da formação; o SNE e o PNE como construção conjunta com entidades e movimentos da educação pública – FNDEP possui mais de 30 entidades (atuarmos em conjunto com Anped, Anfope, Forumdir), em especial também as e os estudantes e suas representações; recuperar e avaliar deliberações do ANDES-SN

(Congresso e Conad), como o ENADE, por exemplo. Recuperar os diversos materiais de divulgação (imprensa/recuperar vídeos/notas) e produzir novo material de enfrentamento dos PEE e PME. O SNE antecede o PNE, demarcando a necessidade do resgate dos FNDEP nos estados e municípios.

Encaminhamentos:

1. Informes pelas seções sindicais até terça, 11 de novembro de 2025, 18h, para o e-mail secretaria@andes.org.br, para constar do relatório do encontro GTPE;
2. Levantamento sobre EaD nas instituições – envio de Circular complementar à Circular nº 482/2025, prorrogando o prazo de respostas pelo formulário que está na Circular nº 482, até o dia 15 de dezembro de 2025;
3. GT Verbas e Fundações e GTPE: sistematizar e produzir pelo ANDES-SN um banco de dados para nossas análises e construção de nossa política e lutas; socializar resposta da AJN à nossa consulta, proposta na reunião do pleno do GTPE em início de setembro/2025, sobre usos dos recursos públicos para inúmeras reformas e produzir denúncias e lutas a partir daí.
4. Produção/Atualização das Cartilhas:

Sobre EaD

Grupo responsável: Emanuela Rútila Monteiro Chaves (GTPE), Herrmann Vinicius de Oliveira Muller (GTPE), Elizabeth Barbosa (ADUFF), Adilson (SindCEFET-MG), Valdelaine da Rosa Mendes (ADUFPEL), Rodrigo da Rosa Pereira (APROFURG)

Alguns apontamentos para a Cartilha sobre EaD: abordar o ensino semipresencial na cartilha; abordar o Financiamento do Novo Marco Regulatório na cartilha; precisa constar na cartilha posição contrária a cursos de formação de professores na modalidade EaD; reforçar a posição do ANDES-SN contra o EaD.

Sobre “Novo” Ensino Médio

Grupo responsável: Jacqueline Magalhães Alves (GTPE), Francisco Jacob Paiva da Silva (GTPE), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Renata Maldonado da Silva (ADUENF-SESDUENF), Mônica Ribeiro (UFPR) – verificar disponibilidade dela.

Algumas sugestões para a Cartilha sobre Novo Ensino Médio: dados sobre evasão, exclusão e desigualdade (Emanuela); do Seminário Estado e Educação, realizado no Ceará em 2023 (Beth)

Sobre Capital e Educação – Volume V

Grupo responsável: Luciana Henrique da Silva (GTPE), João Claudino Tavares (GTPE), Aroldo Félix de Azevedo Junior (GTPE) e Elizabeth Barbosa (ADUFF)

Abordar nesta cartilha: reformas neoliberais pós golpe - fazer levantamento.

Proposta para a metodologia de trabalho dos grupos: autonomia – coordenação GTPE; data para finalizar e encaminhar à coordenação do GTPE – última semana de janeiro de 2026; convocação do pleno GTPE para 1ª semana de fevereiro de 2026; a partir do diálogo com a equipe de comunicação do ANDES-SN), planejar a produção das cartilhas e arte (cartazes, camisetas...) de pelo menos uma delas para lançamento no 44º Congresso, na UFBA – 2 a 6 de março/2026.

Sobre inclusão das Pessoas com Deficiência e Direito à Escola Regular:

Retomar debate realizado em abril de 2025 na USP e produzir materiais de divulgação desse encontro - 4º Encontro – GTPCGEDS; participação da professora Ana Carolina Galvão (ADUFES); Painel – Rosalba UFSC – inclusão

Verificar a disponibilidade da professora Camila da APROFURG participar do debate sobre inclusão das Pessoas com Deficiência e Direito à Escola Regular – sugestão de dar continuidade a esse debate e acúmulos nossos no evento Estado e Educação.

Disponibilidades e sugestões para esse debate: Liliane Ferrari Giordani (ANDES UFRGS), Kamila Lockmann (FURG) (Revista Brasileira de Educação Especial) e Rosalba Maria Cardoso Garcia (UFSC).

Algumas sugestões: atenção à questão dos avanços das escolas especializadas; política atual do governo – Decreto 286/2025, de 12 de outubro de 2025 – Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva; privatização Educação Especial – patologização; situar orçamento – infra/pessoal/ abril de 2025 – GTPCEGDS - seminário abril 2025- relatório / GT Carreira – EBTT

Sobre Violência na Escola:

Realizar Seminário ou Painel; indicar temática para Seminário Estado e Educação; diálogo com o observatório sobre o tema Violência na Escola – ANDES-SN participa, atualmente representado por Emanuela e Daniele.

Brasília, 9 de novembro de 2025.

Coordenação do GTPE

Circular nº XXX/2025

ANEXO I

Informes Reunião GTPE – Recebidos Via Formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	ANDES UFRGS	Jefferson Marçal da Rocha	<p>RELATÓRIO SÍNTESE DAS ATIVIDADES DO GTPE/ SEÇÃO SINDICAL DO ANDES NA UFRGS.</p> <p>O Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE) da Seção Sindical do ANDES na UFRGS, foi constituído no mês abril de 2024 com o objetivo de refletir com a categoria docente sobre as ações governamentais e não governamentais no âmbito da educação pública (nas três esferas de governo) e privada. Na intenção de instrumentalizar à categoria, mediada pelas deliberações do ANDES-SN, para a luta em defesa do projeto de educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada.</p> <p>Neste sentido, foram realizadas reuniões entre seus componentes, com pautas como: avaliações que procuram estabelecer parâmetros de padronização do conhecimento; aprova ENADE das licenciaturas, a expansão dos cursos à distância (EADs), o Novo Ensino Médio (NEM), o Plano Nacional de Educação (PNE), entre outros. Nos dias 28 e 29 de setembro de 2024 a professora Elisabete Zardo Búrigo participou, como representante do GTPE/Ufrgs da reunião nacional do GTPE. Foram debatidos os impactos da Resolução 4/2024 do CNE sobre as licenciaturas, e as Portarias 610 e 611 do MEC que estabelecem Enade anual para as licenciaturas e prova prática, a Portaria 2117/2019 do MEC, que amplia carga horária EAD nos cursos presenciais para 40%, e a reforma da reforma do ensino médio, além de pautas gerais do Sindicato. A participação na reunião nacional foi importante para levar informações sobre os processos em curso na UFRGS, e subsidiar a agenda do GTPE local.</p> <p>No dia 27/05/2025 o GTPE/Ufrgs promoveu no hall do Colégio de aplicação uma roda de conversa sobre “Democracia e Gestão na Escola Pública”, com as companheiras professoras Geovana Alffeldt e Lizeane Fortes e o companheiro professor André Pares, professoras/es das redes Estadual do RS e municipal de Porto Alegre. Três colegas com experiência de direção na escola pública, que falaram sobre os encantos e as agruras</p>

		<p>de estar diretora e diretor na escola básica, num tempo de enorme retrocesso na democracia nas redes estadual e municipal de ensino.</p> <p>Registraram a importância das eleições para direção, a disputa de ideias expressas nos programas e a força da participação da comunidade escolar. Gestões enraizadas pela democracia e pela escuta atenta das demandas escolares que expandem o chão da escola em parcerias com a Universidade, enriquecendo o processo de ensinar/aprender.</p> <p>As membras/o do GTPE/Ufrgs consideram que mesmo diante das dificuldades inerentes às atividades sindicais, o GT promoveu importantes discussões que atingem a educação do país nos avanços perversos do neoliberalismo, agradecem o apoio da atual diretoria e se colocam à disposição dos novos companheiros que assumirão nossa Seção nos próximos dois anos.</p> <p>Contem conosco e boas lutas companheiras e companheiros!</p> <p>Jefferson Marçal da Rocha (Coordenador)</p> <p>Laura Souza Fonseca</p> <p>Elisabete Zardo Búrigo</p> <p>Daniele Cunha</p>
--	--	---

Circular nº XXX/2025

ANEXO II

Informes Reunião GTPE – Recebidos Via E-Mail – pós fechamento de recebimento via formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	APES - JF	Renato Santos Gonçalves	<p>- Nesta nova gestão, as atividades do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) na APES-JF foram retomadas, a partir de julho de 2025. A coordenação do grupo está sob coordenação dos professores Leonardo Pina e Rubens Luiz Rodrigues (secretário, seguindo os encaminhamentos e direcionamentos propostos pelo GTPE / ANDES.</p> <p>- Nossos encontros têm sido dedicados ao estudo e debate do novo Plano Nacional de Educação (PNE), realizando uma análise comparativa entre o documento atual e os planos anteriores.</p>

Circular nº XXX/2025

ANEXO III

Apresentação Emerson Duarte Monte (UEPA) - Financiamento das IFES base de dados SIOP



Emerson Duarte (UEPA)

ANDES
SINDICATO NACIONAL

**FINANCIAMENTO DAS
IFES
BASE DE DADOS SIOP**

2025 – Brasília – ANDES-SN
Reunião Conjunta GT Verbas e Fundações e GTPE



METODOLOGIA DE TRABALHO COM OS DADOS

Base de dados do **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)** com dados recuperados do **Sistema integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)**.

Período disponível: **Início no ano 2000**

Acesso:
www.siop.planejamento.gov.br

CAMINHOS PARA DEFINIR O TIPO DE DADO



Site SIOP

A. Painel do Orçamento

1. Consulta Livre
2. Emendas Parlamentares
3. Outras...

B. Órgão Orçamentário

1. MEC (26000)
2. MCTI (24000)
3. Outros...



CAMINHOS PARA DEFINIR O TIPO DE DADO

C. Unidade Orçamentária

1. MEC (26000):

MEC – Administração

Instituto Nacional de Educação de Surdos

Instituto Benjamin Constant

Colégio Pedro II

Fundação Joaquim Nabuco

INEP / CAPES / FNDE

EBSERH

69 Universidade Federais

38 Institutos Federais

2 CEFET

33 Hospitais Universitários



CAMINHOS PARA DEFINIR O TIPO DE DADO

C. Unidade Orçamentária

2. MCTI (24000):

MCTI – Administração

CNPQ

FNDCT

Comissão Nacional de Energia Nuclear

Agência Espacial Brasileira

Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica

Avançada



PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS

Princípios Orçamentários:

1. **Unidade** – um orçamento por ente federado;

2. **Universalidade** – previsão de receitas e despesas dos 3 poderes, órgãos, fundos e fundações da esfera pública;

3. **Anualidade** – coincide com o ano civil;

4. **Exclusividade** – organização de receitas e despesas;

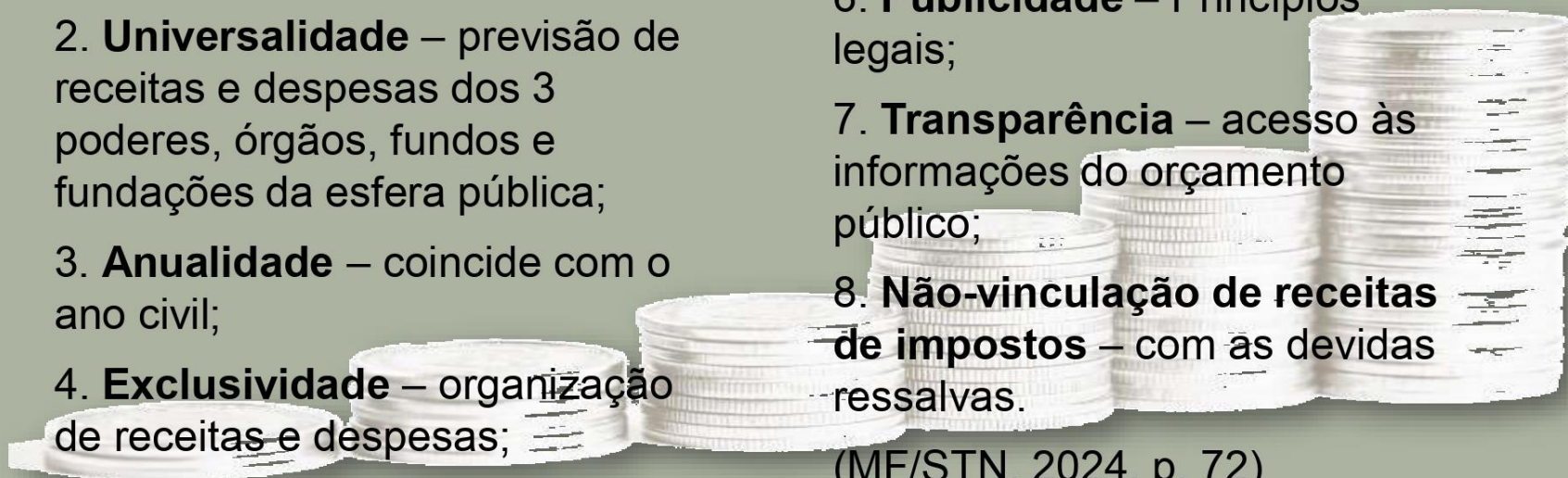
5. **Legalidade** – orçamento definido a partir da base legal (PPA/LDO/LOA);

6. **Publicidade** – Princípios legais;

7. **Transparência** – acesso às informações do orçamento público;

8. **Não-vinculação de receitas de impostos** – com as devidas ressalvas.

(MF/STN, 2024, p. 72)



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Dessa forma, despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada. (MF/STN, 2024, p. 72)



CLASSIFICAÇÕES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA



1. Classificação Institucional (Estrutura)

Órgão Orçamentário (MEC, MCTI, etc.)

Unidade Orçamentária (UFPA, IFPA, etc.)

2. Classificação Funcional (Área)

Função (Educação, Saúde, etc.) – 30

Subfunção (Ensino Profissional, Ensino Superior, etc.) – 116

3. Classificação por Estrutura Programática (Objetivos Estratégicos vinculados ao PPA)

Programa

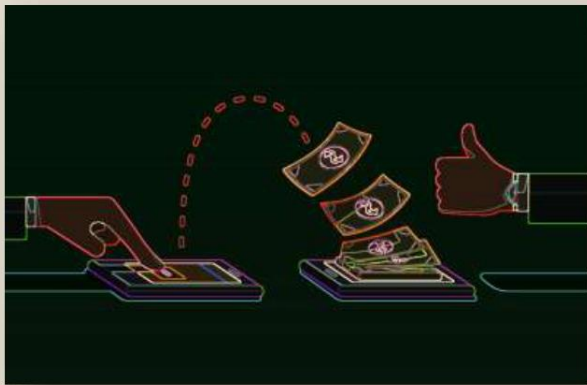
Ação

Subtítulo / Localizador de Gasto

Componentes da Programação Física

4. Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

CLASSIFICAÇÕES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA



4. Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

A. Categoria Econômica

I. Despesas Correntes

II. Despesas de Capital

B. Grupo de Natureza da Despesa (GND)

I. Pessoal e Encargos Sociais

II. Juros e Encargos da Dívida

III. Outras Despesas Correntes

IV. Investimentos

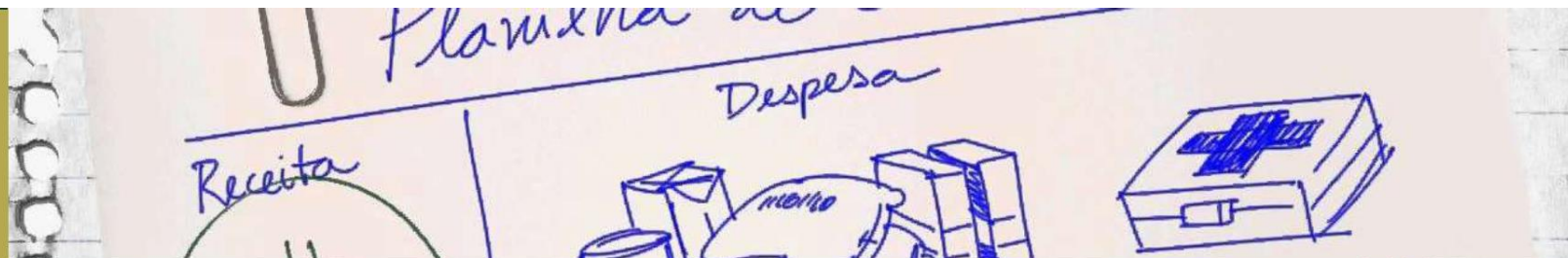
V. Inversões Financeiras

VI. Amortização da Dívida

C. Elemento de Despesa

I. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

II. Auxílio Financeiro a Estudantes



GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

(GND)

Despesa e Encargos Sociais

Despesas orçamentárias de natureza remuneratória decorrente do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa.

Outras Despesas Correntes

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte.

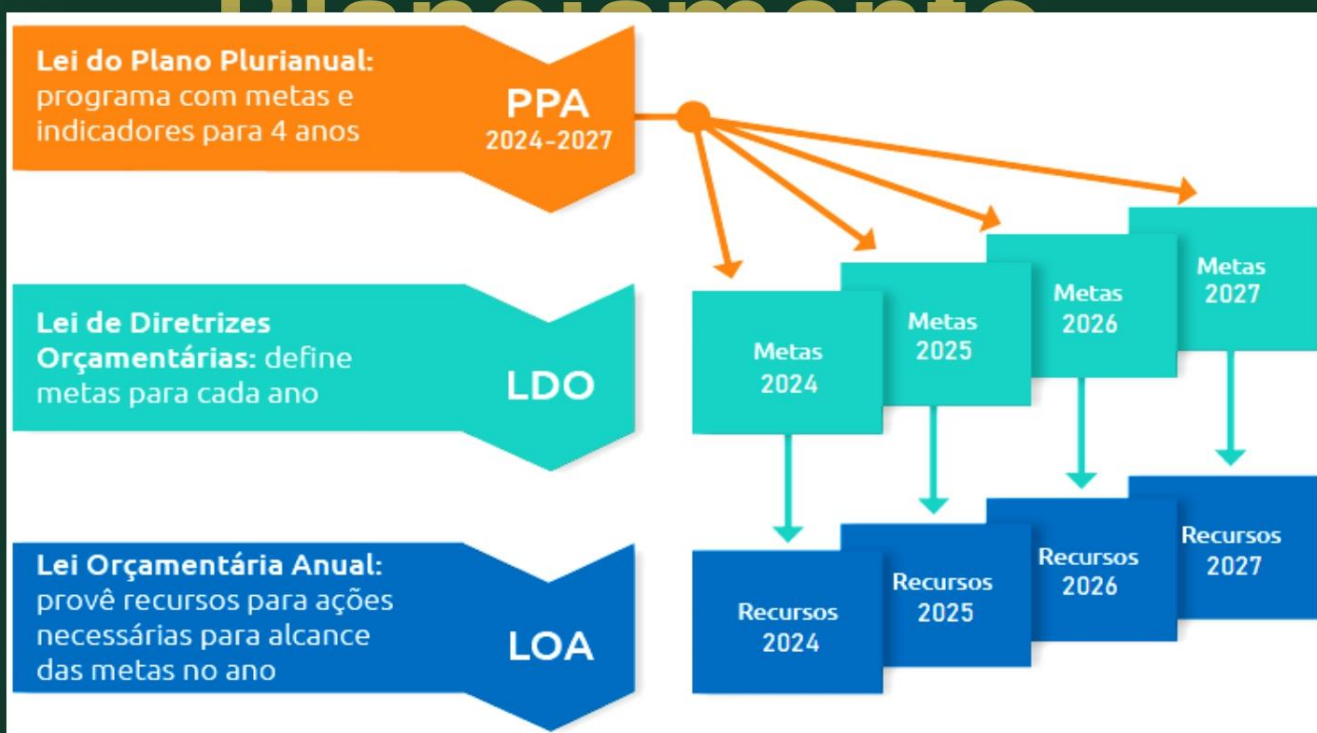
Investimentos

Despesas orçamentárias com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e

Etapas do Planejamento



Etapas do Planejamento



ETAPAS DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Conheça as três etapas da despesa pública, dinheiro gasto pelo governo para oferecer serviços públicos ou realizar investimentos

1. Empenho

Fase em que é criada a obrigação de pagamento da despesa pelo governo.



2. Liquidação

Etapa em que é cobrada a prestação de serviços, a entrega de bens ou a realização de obras. Envolve todos os atos de verificação e conferência.



3. Pagamento

em que se entrega o dinheiro ao credor, após autoridade competente determinar que a despesa liquidada seja paga.



ETAPA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA*

Execução:

Valor Liquidado. Conforme dispõe o artigo 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na **verificação do direito adquirido pelo credor** tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem por objetivo apurar:

- I. A origem e o objeto do que se deve pagar;
- II. A importância exata a pagar; e
- III. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. (ME/STN, 2024, p. 1)



SÍNTESE DA COLETA DE DADOS

Financiamento das Universidades Federais, dos Institutos Federais e dos CEFET:

Possibilidades para análise:

Série Histórica de 2000 a 2024

Dados de Despesas Autorizadas e Liquidadas

Despesas Gerais do MEC e MCTI

Despesas por Unidade Orçamentária ou Conjunto de Unidades Orçamentárias

Despesas por Grupo de Natureza da Despesa (GND)

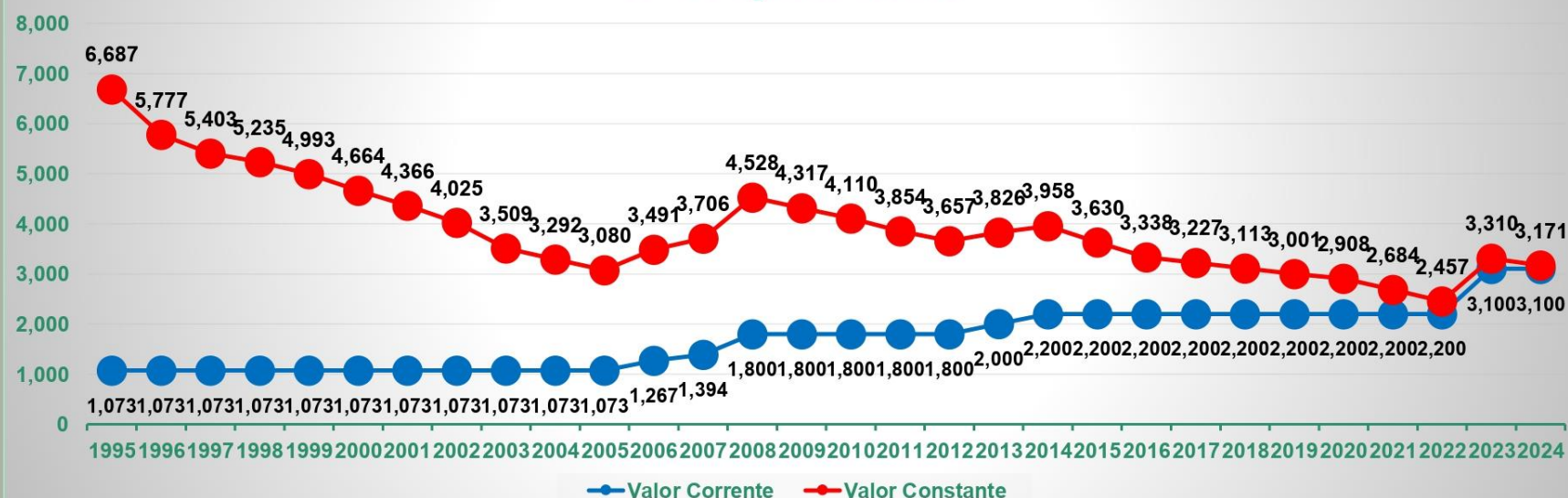
Despesas por Função e Subfunção

Despesas por Programas e Ações

Valores Constantes e/ou Correntes!

CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DADOS

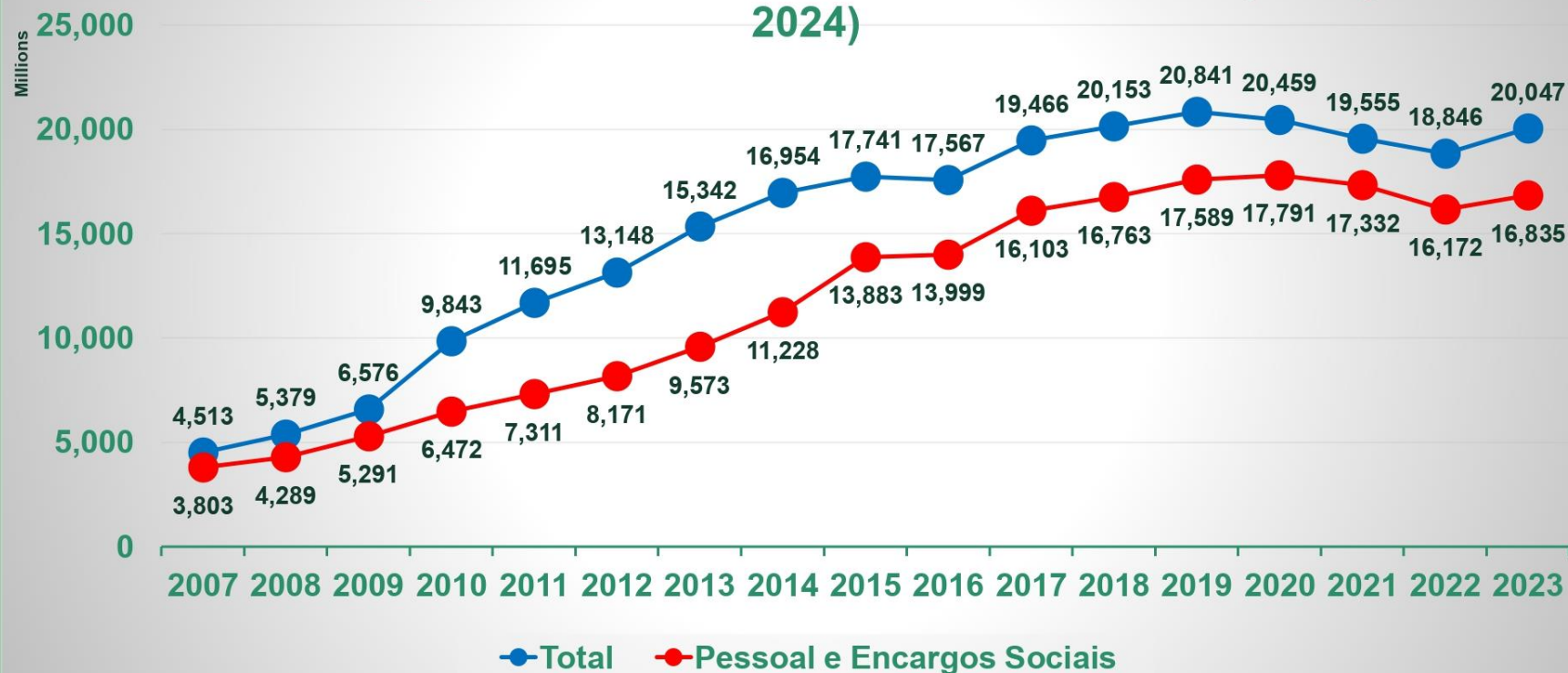
Valor da Bolsa de Doutorado, CAPES e CNPq - 1995-2024 IPCA jan. 2025



ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br

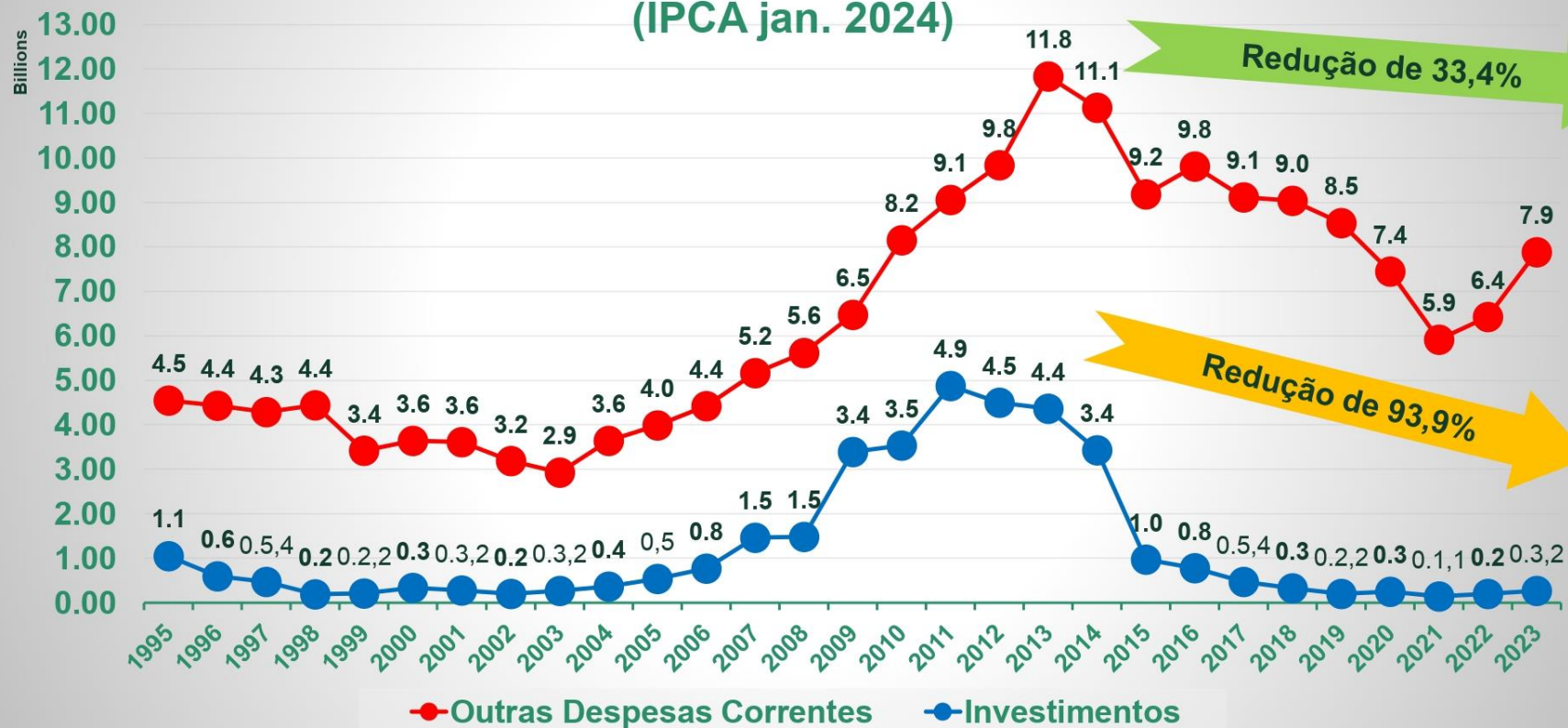
Despesas liquidadas com Pessoal e Encargos Sociais e o Total de Despesas nos IF/CEFET - Brasil - 2007-2023 (IPCA jan. 2024)



ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br

Despesas Liquidadas com Outras Despesas Correntes e Investimentos nas Universidades Federais - Brasil - 1995-2023 (IPCA jan. 2024)





OBRIGADO!

ANEXO IV

Apresentação Lucas Trentin Rech - Governança Orçamentária e o Financiamento do Ensino Superior Federal

Governança Orçamentária e o Financiamento do Ensino Superior Federal

GT Verbas ANDES-SN

07/11/2025

Lucas Trentin Rech

Regime de Governança Orçamentária

- É necessária que entendamos o desmonte orçamentário do Ensino Superior dentro do conjunto da peça orçamentária
- Desde 1988 já experimentamos *quatro regimes de governança orçamentária distintos*
- Há uma incompatibilidade entre a constituição de 1988 e o arcabouço macroeconômico imposto desde 1999 (*Regime de Metas de Inflação; LRF; Reforma Gerencial do Estado*)
- Experimentamos uma **instabilidade** nos regimes de governança

Regime de Governança Orçamentária

- R1 foi referenciado pela Lei no 4.320/1964.
- R2 inspirado pela Constituição Federal de 1988.
- R3 envolveu simultaneamente a LC no 101/2000 (LRF) e o aparato normativo que instituiu a chamada reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento de 2000.
- R4 não chegou a se consolidar plenamente, pois aludia principalmente ao surgimento do PPI/2005 e do PAC/2007.
- R5 representado pela EC 95/2016 (o arcabouço não altera o regime)

Evolução do orçamento do Ensino Superior nos PPAs

- A análise dos PPAs nos permite analisar as prioridades anunciadas pelos diferentes governos
- De forma a facilitar a análise de prioridades, isolou-se antes os programas finalísticos e, dentro desses, retiraram-se Previdência Social e Bolsa Família (R\$ 4,5 trilhões dos R\$ 7,13 trilhões)
- O orçamento ajustado para a análise é, portanto de R\$ 2,6 trilhões
- Selecionamos 20 programas para analisar as mudanças de prioridade entre os PPAs 2016-2019 e 2024-2027.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Programas (códigos PPA 20-23)	PPA 24-27	
2218 - Gestão de Riscos e Desastres (Defesa Civil)	4.858	0,19%
2206 - Política Nuclear	1.709	0,07%
3004 - Aviação Civil	2.016	0,09%
1041 + 1043 + 1058 + 6014 - Clima, Biodiversidade, Meio Ambiente	45.725	1,76%
2222 - Saneamento Básico	10.563	0,41%
5025 – Cultura	7.352	0,28%
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	9.440	0,36%
5022 + 0617 - Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	11.343	0,44%
5015 + 5016 + 4004 - Justiça e Segurança Pública	17.134	0,66%
2220 - Moradia Digna	59.623	2,29%
1031 - Agropecuária Sustentável	65.284	2,51%
3006 - Transporte Terrestre e Trânsito	36.412	1,40%
3005 - Transporte Aquaviário	61.170	2,35%
6011+6012 - Defesa Nacional	56.964	2,19%
5011 + 5014 + Fundeb - Educação Básica	304.217	11,70%
5012 - Educação Profissional e Tecnológica	16.480	0,63%
5013 - Educação Superior	59.731	2,30%
2210 + 2213 + 5027 - Trabalho Emprego e Renda	348.599	13,40%
5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	474.072	18,22%
5017 + 5018 + 5019 + 5021 + 5020 + 5023 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	824.164	31,68%
Percentual do orçamento descontadas Previdência Social e Bolsa Família		92,93%

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br

Educação Superior Educação Tecnológica perdem participação

Programa Finalístico	PPA 16/19		PPA 20/23		PPA 24/27		16/19 vs 24/27	20/23 vs 24/27
Educação Profissional e Tecnológica	20.710	1,37%	7.341	0,53%	16.480	0,63%	-0,74pp	0,10pp
Educação Superior	56.694	3,76%	35.661	2,57%	59.731	2,30%	-1,46pp	-0,27%pp

- O Plano Plurianual desenvolvido pelo Governo Lula dedica percentual orçamentário inferior à Educação Superior quando comparado ao PPA proposto pelo Governo Bolsonaro.
- É importante que se diga, que a dotação reservada pelo Governo Bolsonaro para o ano de 2023 era bastante inferior àquela apontada
- Se a educação superior perdeu, quem ganhou?

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Programas (códigos PPA 20-23)	Ganhos e Perdas em Relação ao PPA 16-19	Ganhos e Perdas em Relação ao PPA 20-23
Gestão de Riscos e Desastres (Defesa Civil)	0,08pp	0,09pp
Política Nuclear	-0,17pp	-0,05pp
Aviação Civil	-0,10pp	-0,05pp
Clima, Biodiversidade, Meio Ambiente	1,50pp	1,60pp
Saneamento Básico	0,05pp	0,23pp
Cultura	-0,12pp	-0,07pp
Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	-1,11pp	-0,07pp
Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	0,01pp	-0,02pp
Justiça e Segurança Pública	0,12pp	0,04pp
Moradia Digna	-1,60pp	1,48pp
Agropecuária Sustentável	-0,03pp	-1,26pp
Transporte Terrestre e Trânsito	-3,59pp	-0,05pp
Transporte Aquaviário	0,72pp	0,79pp
Defesa Nacional	-2,14pp	-0,76pp
Fundeb - Educação Básica	3,95pp	3,42pp
Educação Profissional e Tecnológica	-0,74pp	0,10pp
Educação Superior	-1,46pp	-0,27pp
Trabalho Emprego e Renda	-2,61pp	-3,82pp
Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	3,35pp	-0,86pp
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	3,79pp	0,46pp

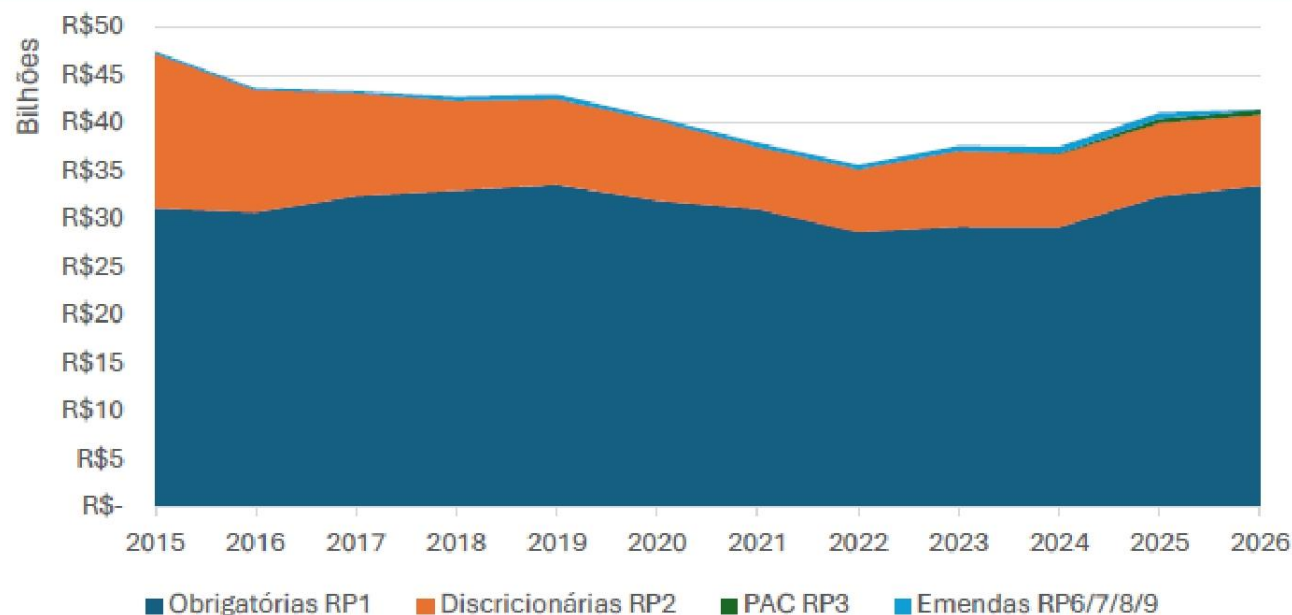
ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br

Evolução do orçamento das Universidades Federais

- Quando se analisa o orçamento público é interessante decompor o orçamento por Resultado Primário (RP).
- i) as despesas obrigatórias (RP1), que no caso das Universidades Federais correspondem à folha de pagamento dos servidores públicos dessas instituições; i
- i) as despesas discricionárias (RP2), que no caso das Universidades Federais não são tão discricionárias assim
- iii) o montante dedicado as obras do PAC (RP3);
- iv) o montante proveniente de emendas (RP 6/7/8/9)

Evolução do orçamento das Universidades Federais



Evolução do orçamento das Universidades Federais

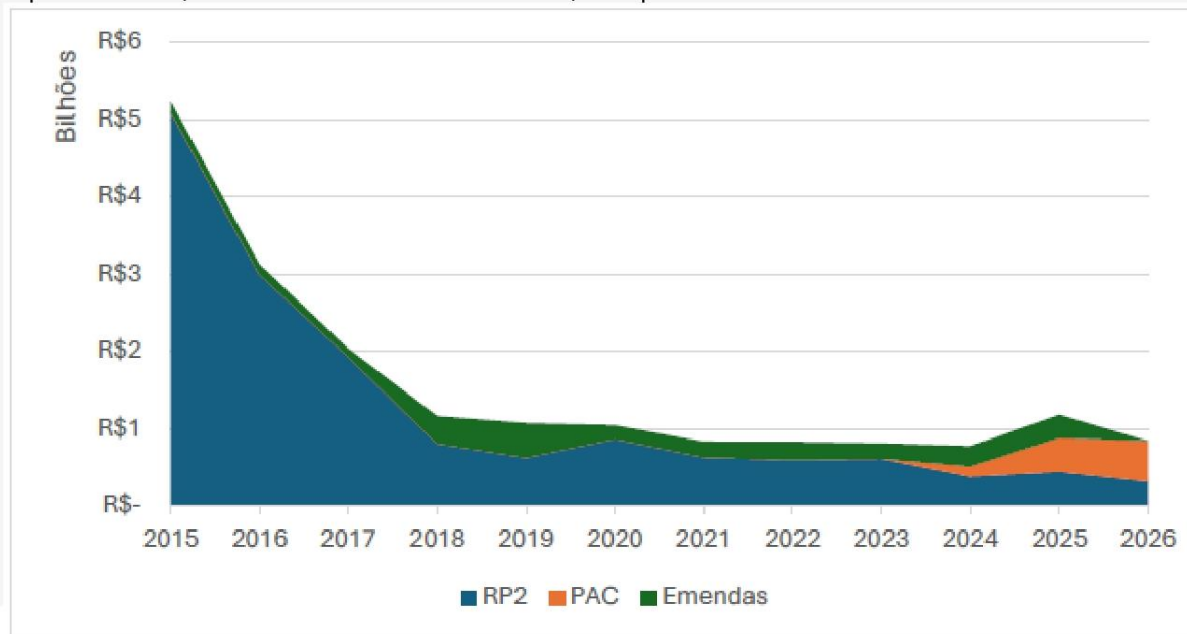
	Obrigatórias RP1	Discricionárias RP2	PAC RP3	Emendas RP6/7/8/9
2015	R\$ 31.163.517.169,026	R\$ 16.106.807.255,141	R\$ -	R\$ 192.995.705,785
2016	R\$ 30.716.590.789,078	R\$ 12.744.157.921,362	R\$ -	R\$ 173.856.506,275
2017	R\$ 32.455.519.104,921	R\$ 10.709.614.270,949	R\$ -	R\$ 158.105.839,251
2018	R\$ 33.004.410.815,028	R\$ 9.319.033.689,533	R\$ -	R\$ 438.239.519,335
2019	R\$ 33.606.956.999,344	R\$ 8.885.702.340,805	R\$ -	R\$ 513.712.670,197
2020	R\$ 31.981.071.468,987	R\$ 8.289.607.477,397	R\$ -	R\$ 283.795.921,066
2021	R\$ 31.077.590.649,044	R\$ 6.480.650.078,669	R\$ -	R\$ 404.693.259,504
2022	R\$ 28.677.296.617,872	R\$ 6.532.587.378,450	R\$ -	R\$ 425.443.643,386
2023	R\$ 29.240.641.655,368	R\$ 7.868.300.880,878	R\$ -	R\$ 553.826.126,722
2024	R\$ 29.194.718.861,075	R\$ 7.569.475.649,813	R\$ 141.337.762,441	R\$ 643.105.893,867
2025	R\$ 32.380.748.552,000	R\$ 7.631.103.989,000	R\$ 467.325.168,000	R\$ 627.496.414,000
2026	R\$ 33.501.209.669,857	R\$ 7.389.313.854,545	R\$ 522.707.368,421	R\$ -

Compressão do orçamento discricionário



Compressão do orçamento de investimentos

- O SIOP permite, dentro de cada RP, separar custeio de investimento



Perda de autonomia no Orçamento de Investimentos



Considerações Finais

- Necessidade de uma política de luta pelo reajuste inflacionário das despesas discricionárias (RP2) de custeio
- Dos R\$ 7,3bi destinados as Universidades via RP2, R\$ 7bi se desdobram em verbas de custeio.
- Esse custeio é referente a despesas correntes obrigatórias (Trabalhadores da segurança, limpeza, manutenção e contas de água e eletricidade).
- Essas tem sofrido forte redução – de R\$ 11bi em 2015 para R\$ 7bi em 2026 –, e quando há qualquer tipo de contingenciamento decorrente da Regra Fiscal é a RP2 que é onerada.

Considerações Finais

- O atual governo não foi capaz de recompor o orçamento discricionário das Universidades Federais. Quando calculada a média de dispêndio via RP2 (somando custeio e investimentos) nos quatro anos do Governo Bolsonaro encontramos o valor de R\$ 7,5bi, já nos quatro anos do Governo Lula esse valor é apenas ligeiramente superior R\$ 7,6bi. Nos cálculos conservadores da Andifes esse valor não poderia ser inferior a R\$ 9,5bi.

Considerações Finais

- Nossa greve demonstrou que a luta muda a vida. Entretanto, os resultados dessa ficaram restritos a recomposição dos salários dos trabalhadores da educação. Sem que deixemos nossa remuneração de lado, é hora de focarmos os esforços na luta pela ampliação do orçamento de custeio e pela ampliação e recolocação da autonomia do orçamento de investimentos.